

TRABALHADORES E A LUTA PELA TERRA EM ROLIM DE MOURA/RONDÔNIA (1970-1980)

Cátia Franciele Sanfelice de Paula¹

Resumo: Este artigo discute as formas de apropriação e de luta pela terra dos trabalhadores que migraram para Rolim de Moura/RO nas décadas de 1970 e 1980. Para isso, utilizo como fontes entrevistas orais e registros produzidos pela Comissão Pastoral da Terra. O objetivo principal foi compreender a distância entre os projetos de “colonização” fomentados pelo Estado no período e as experiências que se efetivaram nesse processo. Destaco os antecedentes da “colonização” oficial, as relações de trabalho estabelecidas pelos trabalhadores, a correlação de forças com outros sujeitos e agências e as dificuldades enfrentadas que culminaram na construção de alternativas e resistências.

Palavras-Chave: Trabalhadores; Luta pela Terra; Rolim de Moura/RO.

WORKERS AND THE FIGHT FOR LAND IN ROLIM DE MOURA/RONDÔNIA (1970 - 1980)

Abstract: This article discusses the forms of appropriation and struggle for the land of workers who migrated to Rolim de Moura/RO in the Decades of 1970 and 1980. For this, I use as sources oral interviews and records produced by the Pastoral commission of the Earth. The main objective was to understand the distance between the projects of "colonization" promoted by the State in the period and the experiences that took effect in this process. I highlight the antecedents of the official "colonization", the labor relations established by the workers, the correlation of forces with other subjects and agencies and the difficulties faced that culminated in the construction of alternatives and resistances.

Keywords: Workers; The struggle for Land; Rolim de Moura/RO.

* Este artigo é uma versão adaptada do primeiro capítulo de minha tese de doutorado, intitulada “Histórias de Trabalhadores no processo de transformação das relações capitalistas em Rolim de Moura/RO (1970-2018)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFU, em setembro de 2018 e financiada pela FAPERO.

¹ Docente do Curso de História da UNIR, Campus de Rolim de Moura; Doutora em História Social pela UFU; cfsanfelice@yahoo.com.br

Introdução

Duas questões iniciais moveram a investigação: Quem são e em quais condições os trabalhadores que se deslocaram para Rondônia nas décadas de 1970 e 1980, mais especificamente para o denominado Projeto Setor Rolim de Moura², participaram dos projetos de “colonização” fomentados pelo estado? Deslocando-se de uma história estrutural³ que não oferecia possibilidades de compreender a distância entre as projeções e as experiências que se efetivaram nesse processo, busquei compreender como foi vivenciar a transformação das relações capitalistas para uma localidade em que, até então, era impensável ter projetos visando à ocupação e à constituição de Núcleos Urbanos. Outros projetos, visando à ocupação por meio de colônias agrícolas,⁴ já haviam sido tentados, porém distantes da localidade estudada.

Na década de 1970, o avanço das fronteiras, sob a coordenação do Governo Federal, criou vários órgãos e projetos de intervenção enquanto tentativas de controle social por aqueles que assumiram as agências de execução dos projetos. Dentre essas agências, esteve o Inbra, a quem coube criar e sistematizar os projetos de colonização.

² O denominado Setor Rolim de Moura faz parte do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Gy-Paraná. Esse projeto foi um dos diversos projetos criados e sistematizados pelo Inbra a partir da década de 1970 no estado de Rondônia. A partir desse projeto, constituiu-se a cidade de Rolim de Moura, localizada na mesorregião Leste Rondoniense, a uma distância aproximada de 500 quilômetros da capital Porto Velho/Rondônia. Possui uma população estimada em 55.807 habitantes (conforme Censo demográfico de 2014, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE). Limita-se, ao Norte: com os municípios de Castanheiras e Cacoal; ao Leste: com os municípios de Pimenta Bueno e São Felipe d'Oeste; a Oeste: com os municípios de Novo Horizonte do Oeste e Alta Floresta d'Oeste; ao sul: com o município de Santa Luzia d'Oeste e Alta Floresta d'Oeste.

³ Grande parte da produção acadêmica sobre a Região Norte, produzida no período estudado, possuem linhas de argumentação pautadas em análises das políticas adotadas pelo governo militar que desencadearam projetos de colonização a partir da década de 1970. Tais produções acabaram incorporando e fortalecendo marcos de memória social ligados aos processos de construção da BR-364 ou de órgãos criados no período como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e o Inbra. O processo migratório também é vinculado às propagandas do governo militar e aos projetos que se constituíram para a região, como a ideia de “Brasil Grande” no qual procurava explicar a Região Norte a partir da noção de economia para o progresso da nação. Tal produção, portanto, destaca além dos órgãos já citados, o papel interligado do Banco da Amazônia S.A. (Basa) e outras instituições orientadas por uma concepção geral do papel da região em relação à totalidade do país, numa concepção que se expressa no Plano de Integração Nacional – PIN. Para maiores informações ver: Alves (2005); Dreifuss (2008); e Ianni (1979). Assim, o objetivo não foi o de desconsiderar tal produção, mas definir como ponto de partida para a análise elementos que fossem expressivos sobre os trabalhadores e os mundos do trabalho.

⁴ Tais projetos foram tentados nas regiões de Porto Velho e Guajará Mirim (RO), a partir do projeto de Marcha para o Oeste. De acordo com Souza, as iniciativas de colonização e assentamento de pequenos produtores visavam mais à defesa da fronteira que propriamente a um projeto de colonização de fato. Outras informações, ver Souza (2002).

Recusei, como é recorrente na historiografia, partir de uma estrutura que aparece como dada, *a priori*, da ação dos trabalhadores como se estivesse pronta para recebê-los e, de uma noção mecanicista de progresso, que aparece, como menciona Fontana, “como produto das ‘leis da história’, com escassa participação dos homens” (FONTANA, 2004: 473) e explorei o campo das relações construídas pelos trabalhadores, considerando-os, assim, como protagonistas da história.

Diante dos diversos elementos que surgiram durante a investigação, delimiti, como objetivo nesse artigo, apresentar um histórico sobre Rondônia, anterior aos projetos oficiais de “colonização”, em específico, sobre o projeto PIC Gy Paraná, e discutir as formas de apropriação e de luta pela terra em Rolim de Moura/RO e a correlação de força enfrentada pelos trabalhadores⁵ nesse processo.

Rondônia antes da “colonização” oficial e as experiências dos trabalhadores no PIC Gy Paraná

Até a década de 1950, a economia de Rondônia girava em torno da atividade extrativista da borracha, castanha, plantas medicinais, peles e óleos silvestres (SOUZA, V. 2011). Com o declínio da extração da borracha, após a Segunda Guerra Mundial, o garimpo atraiu milhares de pessoas na exploração do minério de cassiterita em diversas regiões de Rondônia. Na localidade que posteriormente viria a se tornar o Setor e depois a cidade de Rolim de Moura, por meio do projeto de colonização – PIC Gy-Paraná –, não existiu garimpo, porém havia a possibilidade de expansão agrícola nessas terras⁶.

Até então, havia na localidade outras relações de exploração da terra. Diante da falência dos seringais, novos projetos foram pensados para a região como forma de explorá-la. O discurso de espaço vazio junto ao discurso de que Rondônia era portadora de uma vocação agrícola serviu como justificativa para a criação dos projetos de colonização, ao mesmo tempo que coincidiu com um período em que era necessário criar alternativas para o campo. A ênfase na produção de alimentos e de que Rondônia transformar-se-ia num

⁵ A categoria trabalhador é compreendida na pesquisa em sua acepção clássica de Marx (1988), como aquele que não dispõe a não ser da própria força de trabalho como meio de sobrevivência, por isso seu primeiro ato é produzir-se a si mesmo.

⁶ Projeto PIC Gy-Paraná – Programa Operacional, 1976. Disponibilizado pelo Inca Nacional – Brasília.

celeiro agrícola foi utilizada como justificativa e foi ao encontro de um processo histórico em curso em que era necessário ao governo militar criar estratégias ante os problemas sociais, inclusive evitar ou conformar os conflitos que já existiam e que poderiam intensificar-se à medida que os trabalhadores fossem expulsos de suas terras diante da introdução de tecnologias no campo, principalmente na Região Sul do país. Assim, os projetos de colonização apresentaram-se não apenas como uma alternativa, mas como uma necessidade para conter problemas sociais. Portanto, foram aqui compreendidos como parte do processo histórico de transformação das relações capitalistas e da dinâmica do que ocorria de modo mais amplo no contexto nacional marcado por questões estruturais, principalmente aqueles relativos a problemas agrários.

Por processo histórico compreendo, a partir de Thompson, que “[...] o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras” (THOMPSON, 1981: 48).

Na documentação levantada,⁷ as evidências apontaram que a maior parte dos deslocamentos para Rondônia nas décadas de 1970 e 1980 são provenientes da Região Sul do país, principalmente do estado do Paraná. Os entrevistados, do mesmo modo, em sua maior parte, são do Paraná ou se deslocaram de outros estados para lá em algum momento de suas vidas em busca de trabalho e melhores condições. Com isso, não afirmo que os deslocamentos tenham ocorrido apenas daquela região, tampouco só do Paraná. No entanto, esses dados, junto à produção historiográfica que trata sobre o processo de mecanização no campo naquele estado, mais especificamente em relação ao oeste do Paraná, ao apontar a reviravolta demográfica ocorrida nesse período, evidenciam fortes elementos para pensar a relação entre as mudanças e transformações ocorridas no período com os deslocamentos para Rondônia:

[...] o campo, que representou 80% da população do Oeste em 1970, despencou para menos de 30%. Essa reviravolta demográfica evidenciou uma troca de sinais entre os números referentes a presença humana no campo e nas cidades. Mas isso não significou uma transposição direta para as cidades de quem morava e trabalhava no campo. O que se pode

⁷ Compreende fontes diversas produzidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Estudos da Pastoral do Migrante (Cepami) de Ji-Paraná (RO).

afirmar é uma perda líquida de habitantes do campo. Em pouco tempo saiu mais gente do que chegou. Nesse período, o que aconteceu com os trabalhadores representados nesses números? Entre 1970 e 1980 o trabalho assalariado no campo e sua sazonalidade aumentaram. O trabalho familiar diminuiu em 55 mil pessoas relativamente ao seu número global. Ao mesmo tempo, o número de assalariados permanentes nas áreas rurais cresceu em 7,7 mil trabalhadores, e o número de temporários cresceu em 24,5 mil. De modo geral, a perda da população rural foi de 127 mil pessoas [...] é possível identificar, tipificar e caracterizar as razões que fizeram muitos trabalhadores saírem do campo. Talvez o grupo mais visível tenha sido, durante o período da ditadura, o de trabalhadores ocupados na lavoura. Foi esse mesmo grupo que, ao longo dos anos 60, soube da reocupação recente do Oeste e migrou para lá à procura de trabalho. Foram dispensados à medida que as propriedades tornaram-se equipadas de máquinas agrícolas e cancelavam atividades manuais. Grande parte desses trabalhadores, como indicam as estatísticas, ganhou as estradas em busca de trabalho noutras áreas rurais ou de alguma ocupação nas cidades (BOSI, 2016: 226-227).

De acordo com Moreira (2016), o processo de mecanização transformou vários trabalhadores em arrendatários, meeiros e trabalhadores volantes. Nos anos 1970 e 1980, a política adotada pela ditadura civil-militar, em âmbito nacional, previa financiamentos para o setor agrícola. No Paraná, a alteração da base técnica a partir das mudanças nas relações sociais de produção no campo levou muitos trabalhadores a perderem suas propriedades e a procurarem por ocupações em cidades próximas ou em outros estados. Nesse processo, Rondônia configurava-se uma alternativa para aqueles, que, por exemplo, na década de 1960 já haviam passado pelo processo de reocupação no Paraná e precisaram novamente se deslocar, à medida que as propriedades foram equipadas com maquinários agrícolas, tornando desnecessária sua força de trabalho ou, ainda, diante da falta de condições de manterem-se no campo, precisaram vender suas propriedades e buscar por outros lugares. Configurava também uma opção aos trabalhadores que, na década de 1980, foram desalojados devido à construção da Hidrelétrica de Itaipu⁸.

Vale ressaltar que, se para a porção oeste do Paraná o processo de reocupação deu-se majoritariamente com trabalhadores da Região Sul do país, (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em outras partes esse estado recebeu trabalhadores de diversos locais que se deslocaram para o trabalho nas lavouras de café, hortelã e outros.

⁸ Em pesquisa realizada no jornal Ilha Grande, de Guaíra/PR (13 abr. 1980, p. 7), na ocasião da elaboração de minha dissertação de mestrado defendida em 2012, uma fonte indicava que a Itaipu Binacional realizaria a intermediação de terras aos desalojados pela construção da Hidrelétrica em estados como Rondônia e Acre.

Considerando, porém, que as décadas de 1970 e 1980 caracterizaram-se como décadas de crise e de ajuste do capitalismo e de dificuldades para a classe trabalhadora no país, diversos outros fatores, para além da mecanização, conduziram deslocamentos populacionais para Rondônia. Como apontou Peres, em sua tese, ao discutir sobre os trabalhadores que migraram entre os anos de 1970 e 1980 do Paraná para Araguari, em Minas Gerais, em busca de trabalho, sobretudo nas lavouras de tomate e maracujá:

Este era um momento no qual o campo estava sendo modificado a partir da criação de projetos e programas dos governos militares para o “desenvolvimento” do cerrado mineiro. Esse “desenvolvimento” estava direcionado não aos trabalhadores, mas servia aos interesses dos grandes proprietários rurais que compartilhavam dos projetos da ditadura militar de diversificar e expandir a fronteira agrícola que, ao abrir novas frentes de colonização buscava reordenar as relações capitalistas tanto nos campos quanto das cidades (PERES, 2014: 51).

Verifica-se, assim, o movimento de diversos grupos que buscavam tentar a vida em outros lugares. Por isso, a movimentação não dizia respeito apenas a Rondônia, e as questões a serem discutidas acerca desse estado consistem em um período da sociedade brasileira cujo tema, entre outros, está relacionado ao problema agrário. Desse modo, pensar o estado de Rondônia a partir de 1970 é considerar a suposta projeção da ditadura em resolver os problemas relativos ao campo, ao mesmo tempo que promovia a expansão das fronteiras.

Murilo Souza (2011) argumenta que a criação dos projetos tinha por objetivo regularizar a questão fundiária que estava sob domínio de colonizadoras⁹ particulares, para favorecer grandes empresas sediadas no centro-sul. Para o autor, os projetos tinham como finalidade resguardar a posse da terra sob o domínio do Estado e, ao mesmo tempo, disponibilizá-la para a ação das empresas capitalistas que almejavam investir no Estado.

Segundo Murilo Souza, (2011) durante a primeira metade do século XX, diversos seringais¹⁰ teriam títulos definitivos ou provisórios obtidos a partir de compra ou de concessão. Outros seringais ainda teriam se constituído a partir do apossamento de terras

⁹ Colonizadoras Itaporanga e Calama S.A.

¹⁰ Dentre os seringais, Murilo Souza (2011) cita: V. Arruda & Cia. Vale do rio Guaporé 43.200; Gainsa Vale do rio Guaporé 275.000; Santos & Cia. Vale do rio Guaporé 600.000; Ramon Chaves Vale do rio Guaporé 724.000; Assenci & Cia. Vale do rio Machado 1.084.627.

devolutas e que, a partir da década de 1960, muitas empresas teriam reivindicado extensões de terra bastante superiores àquelas para as quais detinham títulos legais.

Com a crise da borracha, após a Segunda Guerra Mundial, seringalistas teriam arrendado as terras a seringueiros¹¹. Esses, por sua vez, além da extração da borracha, passaram a viver como posseiros e outros teriam sido assentados em lotes posteriormente, já na década de 1980. Nessa direção, as terras de Rondônia passariam, a partir daí, a sofrer certa especulação imobiliária, haja vista que, até então, o que tinha valor eram as seringueiras e não a terra em si. A descoberta do minério cassiterita na década de 1950 e, posteriormente, a abertura da BR-364 foram fatores que também contribuíram para a valorização daquelas terras, bem como para o início da intensificação de ações de grilagem. Muitos títulos definitivos ou provisórios adquiridos anteriormente teriam sido vendidos ou assumidos por empresas, entre elas a Colonizadora Calama S.A., que teria levado para lá as primeiras pessoas provenientes do Paraná, em 1967. Esses trabalhadores, sem qualquer apoio, ficaram impossibilitados de ocupar seus lotes e sem recursos para retornar às suas origens.

Outra empresa, a Colonizadora Itaporanga, apropriou-se de uma extensa área na região de Pimenta Bueno, onde também pretendia assentar famílias de colonos provenientes do centro-sul. Essa colonizadora, além de ter se apropriado de terras devolutas ilegalmente, teria realizado o assentamento de trabalhadores em áreas já destinadas à reserva indígena.

Ambas colonizadoras teriam a posse de quase 10% das terras do estado, cuja área total seria de, aproximadamente, 24 milhões de hectares. E, além delas, é possível que existissem, na década de 1960, outras empresas¹² que se apropriavam de terras de forma ilícita. As ações de grilagem geraram pressão sobre a população indígena, posseiros e seringueiros, indicando o que seria a colonização oficial. Segundo o autor:

Portanto, quando se iniciou, em 1970, a colonização dirigida no estado, o processo de apropriação privada das terras do território e os conflitos já

¹¹ Tais seringueiros vindos do Nordeste foram denominados como soldados da borracha.

¹² Perdigão e Bassegio, além das colonizadoras Calama S.A. e Itaporanga, citam outras como a Guaporé Agroindustrial S/A, Gainsa, que possuíam 11.000 ha com títulos definitivos, porém pleiteava regularização de 300.000 ha. Outras ainda, como a Ramon Chaves, pleiteava 724.000 ha, e a Santos Cia possuía 15 títulos definitivos (11.650 ha) e tentava regularizar 600 mil ha. De acordo com os autores, devido à existência de vasta área de madeira de lei levou várias empresas madeireiras a se apropriarem indevidamente de extensas áreas. Segundo esses autores, em 1974 a soma de áreas de posses irregulares atingiu 6.000.000 ha (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992).

havam sido deflagrados. [...] As terras do território rondoniense já acumulavam várias camadas, onde estavam sepultados índios, seringueiros, quilombolas, garimpeiros, posseiros, entre vários outros, que já viviam nesse espaço ou avançaram em busca de um espaço para se viver. É certo, porém, que os militares conseguiram deixar o quadro ainda mais violento e excludente, como veremos seqüencialmente (SOUZA, M. 2011: 136).

Tendo como base os conflitos já existentes no estado, não é difícil imaginar o que esperava os trabalhadores. Com base nos registros de memória produzidos pela CPT¹³, não é possível concordar com Murilo Souza (2011) que afirma que os Projetos de Colonização teriam regularizado a questão fundiária. Ao contrário, houve uma intensificação das disputas envolvendo também trabalhadores que se deslocavam diariamente para Rondônia. O Projeto Integrado de Colonização (PIC) Gy-Paraná é exemplo desse processo. Tal projeto, instalado em 1972, no qual estava inserido o Setor Rolim de Moura, foi estabelecido em uma região tradicionalmente produtora de borracha em Rondônia, sendo que sua área integrava grande quantidade de antigos seringais.

De acordo com José Lopes de Oliveira (2010), executor do Incra, quando da implantação do PIC Gy-Paraná, a autarquia teria enfrentado uma demanda particular com uma colonizadora particular, sendo que o Setor Rolim de Moura teria sido disputado por um condomínio particular denominado “Condomínio Bonanza”:

Não foi pacífica a implantação do PICGPN. Primeiramente o Incra ficou impedido de expandir o Setor Gy-Paraná, em decorrência de demanda judicial com uma Colonizadora Particular, que segundo RELATÓRIO de 1975 esta colonizadora teria loteado 1, 2 milhões de hectares de terras públicas, vendendo lotes de 2 mil hectares a incautos. Afirma que 80% das terras eram terras indígenas [...] Também o setor Rolim de Moura, conforme Machado (1975, pg. 07) era objeto de pleito privado quando os detentores tinham mera posse. A área era reclamada pelo “Condomínio Bonanza”, que se dizia proprietária de 300 mil hectares, mas, o Incra, nada reconheceu, promoveu o loteamento e o assentamento de famílias, ampliando a área do PICGPN (OLIVEIRA, 2010: 55-56).

Não foi possível mensurar se realmente a autarquia destinou a área antes requisitada pelo Condomínio Bonanza ao assentamento de famílias. Tudo indica que essas disputas não foram facilmente resolvidas, e é possível que os conflitos registrados pela CPT, quando da

¹³ Compreende entrevistas realizadas com trabalhadores, boletins e recortes de jornais, disponíveis no site da CPT Nacional: Site da CPT Nacional: www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc

chegada dos trabalhadores à localidade, tenham relação com disputas com colonizadoras, com o próprio Condomínio, com antigos seringueiros, com indígenas ou ainda com madeireiros.

Com o golpe militar e as mudanças advindas no Estatuto da Terra, que previam que a posse da terra fosse garantida pelo Estado e por empresas, houve, segundo Murilo Souza (2011), uma decisão que privilegiava empresas do Sul. Essa diretriz teria sido tomada a partir de um acordo entre o governo militar e investidores da Amazônia, em 1966, além de incentivos fiscais e a criação de outros instrumentos que corroborassem esse processo, como a criação do Banco da Amazônia S.A. (Basa), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e outros. Assim:

A partir de 1970, quando o Estado inicia o processo de colonização agrícola em Rondônia, as empresas privadas já estavam incentivando a migração do centro-sul para Rondônia e os assentando em áreas legalmente irregulares. Terras indígenas vinham sendo ocupadas e, com títulos definitivos ou provisórios, empresários colonizadores se apropriavam de extensões de terra bem maiores do que o descrito nos documentos, como os casos das colonizadoras Calama S.A. e Itaporanga, mostrados anteriormente. Para que grandes empresas sediadas no centro-sul pudessem, de fato, se estabelecer no estado, era necessário resolver a questão fundiária. Isso foi feito a partir da criação de quatro grandes Projetos Fundiários que englobaram todas as terras do território rondoniense (SOUZA, M. 2011: 140).

Nessa direção, os projetos de colonização surgiram num contexto de disputas e conflitos agrários que já vinham sendo gestados havia algum tempo¹⁴. À medida que os projetos foram sendo criados, houve um aumento no fluxo migratório e a intensificação das disputas. Isso devido ao fato de que grande parte dos seringalistas, segundo o próprio autor, poderiam ter suas áreas regularizadas caso comprovassem a posse e infraestrutura a partir de residência e efetiva exploração da agropecuária. Esses elementos permitiram a regularização de parcelas, cujo limite era de 3.000 ha, porém, com a utilização do nome de familiares, era possível garantir a posse de grandes latifúndios.

¹⁴ Segundo Souza, “Quando iniciado o processo de regularização das terras rondonienses, em 1970, estavam registrados 152 títulos pelo estado do Amazonas (880.287 ha) e 245 pelo estado do Mato Grosso (1.677.119 ha), além de 758 Licenças de Ocupação (646.746 ha) e 227 Cartas de Aforamento (187.580 ha), fornecidas pelo governo do Território Federal de Rondônia, após sua criação em 1943 (SOUZA, M. 2011: 143).

Entretanto, pelos registros de memória feitos pela CPT, no caso de trabalhadores, mesmo com a construção de casas, estradas, pontes e da plantação, eram expulsos sob a alegação de que as terras já estariam ocupadas por outros. Qual teria sido, então, o critério adotado pela autarquia?

As disputas registradas pela CPT entre trabalhadores e “fazendeiros” indicam que o processo de regularização dessas terras, que, em tese, deveria ser realizado pelo Incra, consistiu num processo oneroso, haja vista que as áreas só poderiam ser destinadas aos projetos de colonização à medida que estivessem de posse da União, porém ainda respeitando alguns critérios de destinação das propriedades estabelecidos pelo Incra. Segundo Murilo Souza (2011), primeiramente o Incra realizava a regularização fundiária, processo que beneficiou muitos seringalistas que atuavam no estado na exploração de borracha. Posteriormente, estabelecia as áreas de concorrência pública. As terras resultantes de licitação, a partir da década de 1970, formam alguns dos principais latifúndios persistentes no estado, sendo que 40% das terras em Rondônia teriam sido destinadas à regularização fundiária e à concorrência pública. E as áreas reservadas aos Projetos de Colonização compuseram 4.128.636 hectares do estado.

A dinâmica ocorrida na localidade materializava-se numa dimensão diferente daquela ocorrida em outros locais do país, como, por exemplo, no Sul. As relações capitalistas em Rondônia, na década de 1970, assinalam para dinâmicas de atração de migrantes, de derrubada da mata que, em outros estados, encontravam-se em outros estágios de “desenvolvimento”, materializados no processo de expulsão do campo, de mecanização das relações de produção e de relações de trabalho.

A estrutura fundiária em Rondônia combinou a destinação de terras a assentamentos e a grandes proprietários. Caso indivíduos ou empresas descumprissem as regras estabelecidas para a garantia da propriedade e tais terras passassem para domínio da União, o Incra, em tese, poderia destinar as áreas aos projetos de assentamento. Isso, porém, gerou diversas disputas. Os registros de memória feitos pela CPT¹⁵ assinalam para as lutas dos trabalhadores para conseguirem uma propriedade junto à autarquia e as relações de conflito

¹⁵ Fontes disponíveis no site da CPT Nacional: Site da CPT Nacional: www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc

existentes com aqueles que se colocavam como os donos, justificando, para isso, tratar-se de terras devolutas.

Na documentação do Inca Nacional, constatei que as regularizações fundiárias a que se refere Murilo Souza não podem ser vistas como dadas. Elas também não estavam relacionadas apenas às colonizadoras. Além delas, havia casos de aforamentos,¹⁶ como evidencia o diagnóstico do Inca de 1979:

A área atualmente ocupada pelo PIC Gy-Paraná é parte integrante da Gleba Corumbiara, matriculada em nome da União sob o número 1.062, Livro 20, folhas 173/173 v e 247, tendo sido averbado em nome do Inca os setores Gy-Paraná, Abaitará, Rolim de Moura, Tatu e Prosperidade constitutivos do Projeto. Totaliza cerca de 479.737 ha, tendo sido excluídos 6.400 ha referentes aos Núcleos Urbanos, Primavera, Abaitará, Rolim de Moura e Bambu, com 1600 ha cada. Na área do PIC, existem 21 aforamentos que foram loteados e cujos detentores estão reclamando uma solução da Autarquia. Nos setores Tatu e Prosperidade, recentemente incorporados ao PIC, existem situações jurídico-fundiárias que deverão ser levadas à licitação com preferência dada a anciandade das ocupações. Dessa forma, a área total do Projeto deverá sofrer redação, podendo, inclusive, modificar a meta final estipulada nos objetivos da presente atividade quanto à titulação. Uma outra situação fundiária pendente é a do Sr. Arnaldo Pedro Cassol, licitante vencedor do lote 13 da Gleba Corumbiara, que se encontra totalmente ocupado, e detentor de uma posse de cerca de 100 ha com pastagens e outras benfeitorias, pretendendo uma regularização de 2.000 ha dentro do setor Rolim de Moura. Para solucionar a questão, a CETR está propondo (que) seja cancelado o Contrato de alienação de Terras Públicas referentes ao lote 13 e permutado com a área pretendida de 2.000 há, onde estão implantadas suas benfeitorias. O acordo incluirá a demarcação das 20 ocupações existentes no lote 13, sob a jurisdição do PF Corumbiara, de vez que a nova área permutada está totalmente demarcada. Esta área já foi excluída do perímetro do projeto¹⁷.

De acordo com a fonte a preferência das regularizações seria dada às ocupações com maior tempo de existência. Ela refere-se à área em que o Projeto PIC Gy-Paraná, estava situado e sua expansão dependia, à época, de como seriam resolvidos os casos de aforamento e de licitação. Essa era outra situação que envolvia vários licitantes, e a autarquia, para resolver a situação de conflito, cogitava permutar a área licitada, que na época estava ocupada, por uma área em que se pretendia regularização. Assim, tal área foi

¹⁶ De acordo com dicionário informal on-line, aforamento consiste em um ato de transferir do âmbito útil e perpétuo uma propriedade (a outra pessoa), por meio do pagamento de um foro anual, concreto e sem variações.

¹⁷ Projeto PIC Gy-Paraná – Programa Operacional, 1979, p. 7. Disponibilizado pelo Inca Nacional – Brasília.

retirada do projeto cujos lotes não puderam mais ser distribuídos. Nos registros, não há referência se nessa área já havia ocupantes, mas se havia, certamente a permuta não evitaria o início de disputas e conflitos no Setor Rolim de Moura, transferindo, desse modo, os conflitos de lugar.

O exemplo acima, envolvendo casos de aforamento e de licitação, foram registros encontrados em diagnósticos elaborados pelo Incra, no entanto, não significa que eram os únicos casos, porém explicitam possibilidades do que estava posto no período em relação à questão agrária. Além das relações de aforamento e de licitação, outros registros dizem respeito ao avanço em terras indígenas.

Diante das condições de disputa naquele espaço, também restou evidente a busca da autarquia em construir uma memória acerca dos projetos¹⁸ relativa à ideia de que se estabeleceria a partir da “colonização” uma dinâmica racional à distribuição de terras, questão que aparece de modo recorrente também na imprensa, em especial no jornal *O Globo*, em referência à autarquia:

[...] em consonância com a orientação estabelecida no Estatuto da Terra e regulamentada pelo Dec. 59.428, de 27-10-66, cujos dispositivos estão perfeitamente integrados nos modernos conceitos de programação social, pelos quais o paternalismo não se concilia com as idéias superiores de racionalização do trabalho agrícola, o Incra procurou implantar uma nova sistemática de trabalho, preocupado, que estava em lançar uma base de colonização compatível com a realidade brasileira¹⁹.

Os projetos fundamentavam-se na crítica ao paternalismo e na ideia da racionalização, compreendida como uma tentativa de imprimir a ideia de ordenamento, apresentado pela autarquia e pela imprensa²⁰ de circulação nacional como a resolução de problemas agrários brasileiros, sob a justificativa de que todos seriam beneficiados pela política adotada.

Em 1976, os principais problemas institucionais citados no programa eram: “Ausência da Secretaria de Saúde e Funrural e Definição da área de litígio que conflita com

¹⁸ O primeiro projeto sistematizado pelo Incra na década de 1970 foi o Projeto Ouro Preto. Em seguida, vieram os projetos Sidney Girão, Gy-Paraná e vários outros.

¹⁹ Relatório Anual Incra, 1973, p. 31-32. Disponibilizado pelo Incra Nacional – Brasília.

²⁰ Principalmente pelo jornal *O Globo*.

a FUNAI²¹. A previsão de atendimento por meio do Funrural apenas àqueles que moravam ou possuíam lote consistiu em uma das críticas realizadas pela CPT no período e um dos principais problemas enfrentados diante do quadro precário de saúde pública na localidade.

Nesse material, registrou-se sobre a negociação com a Funai, que previa investidas em áreas indígenas como forma de expandir o projeto. Pelos registros, o problema relativo às áreas indígenas arrastou-se de 1973, quando já havia a informação sobre a possibilidade de incorporação de novas áreas, e prosseguiu após 1978, quando há o registro de que o problema ainda não havia sido solucionado:

O Projeto encontra-se dentro da Gleba Corumbiara, que está transcrita em nome do Incra sob o nº 2.884 no Cartório de Registros de imóveis de Porto Velho [...] O setor Gy Paraná confronta com a reserva indígena Sete de Setembro; dependendo de entendimento com a FUNAI, deverá ser incorporado a área de 124.000 há da reserva indígena ao Projeto, porém só foram definidos 16.200 há. Foi incorporado os setores Tatu e Prosperidade da área de ação do PF/Corumbiara, para o PIC.

4. Plano Prospectivo. [...] Dependendo da liberação da área interditada pela FUNAI, deverá ser incorporada ao PIC, uma área de 80.000 há, que resultará em aproximadamente 600 parcelas, que deverão ser demarcadas até 1980²².

Os projetos de “colonização” não pouparam o avanço em terras indígenas. Nas propagandas de atração de trabalhadores para Rondônia, o governo do Estado investiu fortemente e, em tese, previa a distribuição de terras, a garantia de melhores condições de vida e de trabalho aos que chegavam.

Com base em um contexto de discurso nacionalista, a Amazônia como um todo era vista como um lugar a ser explorado. Assim, uma questão de suma importância foi buscar, no movimento histórico, além da compreensão de como foram pensados e elaborados os projetos de “colonização”, refletir como foi participar desses projetos. Partindo do princípio de que, sob a política integracionista, cujo lema era “Integrar para não entregar”, estiveram presentes outros objetivos, os quais o termo “integração” não nos permite apreender, pois consiste em um conceito ideológico que, ao buscar justificar os projetos em curso, não explica as contradições que ocorriam no campo das relações sociais.

²¹ Projeto Gy-Paraná, Programa operacional, 1976, p. 5. Disponibilizado pelo Incra Nacional – Brasília.

²² Projeto integrado de Colonização Gy-Paraná, Programa operacional, 1978, p. 5. Disponibilizado pelo Incra Nacional – Brasília.

Na inauguração do estado, em 1981, o governador Jorge Teixeira proferiu o seguinte discurso: “Dentro deste novo Estado, olhamos para trás e nos damos conta de que Rondônia se fez de mãos caejadas. Venham brasileiros de todo o Brasil, venham gente de todos os povos, Rondônia lhes oferece trabalho, solidariedade e respeito”²³. Nesse período, era significativo o número de trabalhadores que já havia se deslocado para lá, e os registros da CPT revelam inúmeras disputas e conflitos. Porém, a fala do governador apontava para um local disposto a receber quem chegava, de modo pacífico, e que já teria se constituído por “mãos caejadas”.

Em um vídeo gravado na década de 1980, um representante do Incra falava aos trabalhadores reunidos que aguardavam sua propriedade: “Se não houvesse esse documento de terra que nós vamos entregar... É um documento da segurança, é como se fosse um documento de identidade da terra dizendo quem é dono”⁵⁰. Diferente do vídeo, os registros feitos pela CPT e as entrevistas com trabalhadores contrariam a ideia de seguridade quanto às propriedades distribuídas.

Assim, a atração de pessoas revestiu-se de um forte elemento cultural. O estado foi divulgado como “o novo Eldorado”²⁴ – uma produção acerca de valores em que a ideia de riqueza, terra farta e melhores condições poderiam ser facilmente adquiridas – a terra prometida. Tais propagandas geraram expectativas que puderam ser constatadas nas memórias dos trabalhadores entrevistados e naquelas produzidas pela CPT.

Diferentes formas de apropriação da terra: o trabalho de marcação

A expansão das relações capitalistas acenou para os trabalhadores, pautando seus sonhos como algo infinito. Em situações duras e cruéis, e aparentemente sem a presença do estado, os trabalhadores se deslocaram e vivenciaram inúmeras experiências marcadas por lutas, dificuldades e privações.

As condições de chegada daqueles que se deslocaram na década de 1970 trazem questões em comum. São trabalhadores informais, temporários, que se deslocavam com

²³ Discurso do governador Jorge Teixeira na inauguração do estado, em 1981. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YNhvEWIsFLE>.

²⁴ Essa discussão foi realizada por Regina Beatriz Guimarães Neto no trabalho que desenvolveu sobre a Colonização do Mato Grosso, na qual a autora também cita aspectos relativos à colonização do estado de Rondônia (GUIMARÃES NETO, 2002).

poucos recursos e, à medida que chegavam, desenvolviam diversas formas de trabalho enquanto lutavam para conseguirem suas propriedades. Capinando datas, carpinteiros, derrubando mata ou arrendatários, essas ocupações são as atividades que mais aparecem nas entrevistas realizadas pela CPT e naquelas que realizei. Tais ocupações colocavam-se como condição para que os trabalhadores adquirissem recursos, pudessem abrir suas propriedades e manter a sobrevivência.

Luís, 76 anos, agricultor, não recordou a data exata em que chegou ao estado. Mas, a referência à cidade de Vilhena, na qual ele e outros trabalhadores, entre parentes e amigos, deslocaram-se aponta para uma temporalidade na qual a BR-364²⁵ ainda não havia sido construída, haja vista as condições narradas pelo trabalhador quanto ao deslocamento em meio às picadas abertas na mata:

Cátia: Então o senhor Luís veio primeiro?

Luís: eu vim na frente fiz dois barraquinho tudo lá na 38 (linha na área rural) barraco, marquei a posse, depois plantei, derrubei, plantei, quando o milho verde maduraro né aí eu fui buscá ela. Na picadinha. [...] Nós vinha de Vilhena de a pé. De Vilhena nós vinha em dez, vinte, trinta homem, tudo com os cacaio nas costa. Em Santa Luzia só tinha três morador, e de lá só ia daqui de Rolim lá de a pé, só na picadinha não tinha estrada ainda²⁶.

O contato com Luís ocorreu na Associação dos idosos de Rolim de Moura. Deslocar-se sem os familiares revela, já de início, que o deslocamento era marcado por incertezas quanto ao novo lugar, o que assinala para dificuldades que ele certamente avaliou e preferiu evitar com relação à família. Por isso, a referência às ações que realizou ao chegar, como a marcação, a construção da moradia e o início da plantação sinalizam para o que, para ele, significava alguma segurança familiar, condições que estavam colocadas também para outros.

O trajeto realizado desde a primeira cidade do estado, para quem se deslocou do estado do Mato Grosso para Rondônia, foi percorrido a pé, e o intuito era a busca de um local no qual pudesse realizar marcação. Registros feitos pelo Incra revelam que no período já havia diversas ocupações na localidade. A distância percorrida por Luís, de

²⁵ A decisão em construir a BR-364, ligando Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) foi tomada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1960. E só a partir de 1983 ela foi asfaltada.

²⁶ Entrevista realizada com Luís e Edirles, em 21 de abril de 2016.

aproximadamente 270 quilômetros, era dificultada não apenas pela falta de estradas. A saída para manter-se no lote marcado dependia de carregar consigo, em meio às picadas, uma espécie de mochila improvisada, com utensílios, ferramentas, roupas, mantimentos etc. Denominado de cacaio, essa mochila com objetos transportados nas costas foi, para esses homens, um grande desafio junto à abertura da mata fechada, haja vista que no imaginário²⁷ social tal prática é lembrada para auferir o esforço e as dificuldades daqueles que a experimentaram. É comum na cidade ouvir referência às pessoas que se deslocaram para o estado como aqueles que tiveram de andar em meio a picadas de cacaio nas costas.

Para Luís, deixar a esposa e as filhas em sua cidade, Leônidas Marques, no Paraná, também significava poupar as crianças das possíveis adversidades que encontraria. Isso porque foi possível prever o que enfrentaria, já que familiares haviam se deslocado primeiro e lhe informado sobre Rondônia. O que denota como o trabalhador não estava preocupado com o que encontraria, que a alternativa era arriscar.

Por dez anos, Luís comunicou-se com a esposa por cartas. A busca por melhorias, já que, no Paraná, as diversas formas de trabalho desenvolvida na agricultura, no trabalho com uma lanchonete, não significava segurança financeira à família, o fez migrar. Sua esposa, Edirles, 70 anos, viveu dificuldades parecidas ao se deslocar, precisou enfrentar as picadas, embora de um lugar mais próximo, Santa Luzia, e os perigos na mata até chegar à moradia construída por Luís, localizada em Alta Floresta. A todo o momento, durante a entrevista, Edirles expressou o desejo em voltar para o Paraná, ao mesmo tempo que buscou positivar a vida. Contudo, não escondeu o sofrimento e os sentimentos atribuídos por ela nessa relação, pois foram recorrentes em sua fala afirmações como “mas era sofrido hein”²⁸, ou “Nós entremo aqui com sofrimento, nós sofremo demais hein”²⁹.

A narrativa de ambos permite compreender a natureza do projeto no qual eles e outros trabalhadores que, na mesma condição e situação de classe, foram chamados a participar. As adversidades cotidianas encontradas por eles, silenciadas pelas reportagens

²⁷ Nesta pesquisa, “imaginário” é compreendido a partir de sua materialidade social, e não a partir de uma leitura abstrata, na qual se perde a complexidade do processo histórico. Segundo Lefebvre, “Quando o pensamento se perde no e pelo imaginário, é porque esse imaginário é manipulado. O imaginário é também um fato social” (LEFEBVRE, 2001: 127).

²⁸ Entrevista realizada com Luís e Edirles, em 21 de abril de 2016.

²⁹ Entrevista realizada com Luís e Edirles, em 21 de abril de 2016.

que anunciavam sobre Rondônia, são possíveis de serem apreendidas quando privilegiamos os sujeitos e suas práticas como objeto de estudo. Aqui, portanto, privilegio os elementos que evidenciaram a luta pela terra.

Luís realizou diversas marcações e firmou local de residência na cidade de Alta Floresta do Oeste (RO). A marcação foi uma prática comum no período, a fim de assegurar a propriedade e aguardar que, posteriormente, fosse regularizada pelo Incra. Sobre a ação do Incra em relação às propriedades que eram marcadas, evidencia uma questão importante. Para ele, o reconhecimento da propriedade estava atrelado à abertura e a benfeitorias. Não eram todos que dispunham de condições para isso, ou pelo menos das mesmas condições. Logo, quem dispunha de maiores recursos poderia garantir maiores propriedades. Essa, porém, não é a opinião do executor do Setor Rolim de Moura, expressa em seu livro. Para ele:

É preciso garantir que não havia a pressão que procuram fazer crer, exercida pelo Incra, quanto à necessidade irresponsável ou sem critério de desmatamento. Bastava que os assentados abrissem sua roças na proporção das suas forças e demais condições inerentes ao trabalhador rural. Por exemplo: recebia 100 hectares e, se abrisse somente um hectare, ali instalasse sua residência e trabalhasse e produzisse com sua família, era o suficiente para ser titulado nos Projetos de Assentamento [...] Então não havia essa coercitividade absoluta do Incra exigindo desmatamento como querem fazer crer e até se encontra generalizado na opinião pública. Mas, infelizmente, há inverdades, que de tanto serem colocadas como verdade, nesta se transforma (OLIVEIRA, 2010: 123).

As lembranças de Luís divergem da opinião do executor, escrita em um livro³⁰ em 2010. Nesse livro, houve a preocupação do autor em contradizer o que ele denomina “inverdades”. A fixação de trabalhadores às propriedades aparece de modo pacífico, sem disputas, dependente apenas de suas forças e da condição de trabalhador, sem “coercitividade absoluta”. Para o executor, a condição econômica como mecanismo para a abertura da propriedade não interferia na titulação. Ou seja, para o executor não existia diferença entre o trabalhador que tinha reconhecido seus cinco alqueires da propriedade do fazendeiro, citada por Luís. Não ficam descartados, nesse caso, possíveis favorecimentos

³⁰ Esse material fica disponível nas sedes do Incra do Estado, sendo desnecessário para os funcionários que lá trabalham o acesso de pesquisadores aos documentos oficiais, sob a justificativa da existência desse livro

àqueles que pleiteavam áreas pertencentes a colonizadoras ou no que dizia respeito a áreas requisitadas por madeireiros ou seringalistas, como já sinalizamos.

Luís narrou uma prática que compreendo não como evidência de uma identidade coletiva, mas como uma estratégia de momento ou momentos de identificação, como menciona Portelli em entrevista concedida a Almeida e Khoury (2014) diante de condições compartilhadas, quando diz que “Tudo marcou de cinquenta alqueire pra cima. Mas daí o povo começou entrar e a gente dividia, se precisava de uma terrinha e a marcação era muito longe aí nós te dá, tirava dois alqueire meu, dois dela, fazia um pacote”³¹.

A identificação entre aqueles que estavam vivenciando as mesmas condições, aos quais Luís refere-se como “cacaieiros”, pode ter resultado em práticas que evitassem, entre eles, o deslocamento para lugares mais distantes em busca de terra. Porém, não significa dizer que essa foi uma prática recorrente. Percebe-se, na fala de Luís e Edirles, que, a partir das condições enfrentadas, eles construíram uma noção de direito na localidade, e a prática de solidariedade pode ter funcionado entre os que se deslocaram no mesmo período por compartilharem situações semelhantes, pois, ao lhe perguntar sobre a existência de conflitos na localidade após sua chegada, já na década de 1980, ele se reporta do seguinte modo:

Luís: Eles chegava e entrava no direito dos outro não respeitava o direito, eles achava que era igual nós quando chegava. E o Inkra não tirava o direito. Porque dava muita confusão um entrava na marcação do outro, quando chegava lá já tinha uma casinha. Aí dizia esse é nosso, aí se reunia quatro, cinco, os que era antigo falava aqui você não ... posseiro aqui nós vamos levar você na marcação, é lá no décimo, aí o Inkra dava documento e levava lá e não dava confusão, não dava briga.

Edirles: era tudo sofrido

Luís: era só marcação, você chegava lá fazia tua marcação de dez alqueire, só marcava na frente, com linha, uma corda mesmo minha fia, e o Inkra depois quando ele vinha, tinha a linha ele consertava. Você marcô aqui como é que vamo fazê? Vamo ter que dividir o metro [...] Eles [Inkra] desenhava os mapa depois que eles passava fazendo a vistoria, os posseiros já tinha boi, fazenda, chegava lá e falava ó cê vai perdê dentro da sua fazenda 20 metro aqui mais pra frente e você vai adquirir lá pra acompanhar os marco, os posseiros não fazia mapa, fazia só as marcação só na frente só na linha né, depois daí o Inkra passava na linha onde tinha os piquetinho dos posseiro aí eles tocavam o aparelho aqui nesse marco da

³¹ Entrevista realizada com Luís e Edirles, em 21 de abril de 2016.

estrada e marcava aonde caía a flechinha, mil metro, ou mais prá cá ou mais prá lá, e o mapa vinha junto.

Edirles – eu quando me alembro eu me arrepio até, hoje a gente não tem mais coragem de enfrentar isso. Eles era unido, os que ganhara, ganhara e os que não ganhara foro pra frente³².

A posse da terra serviu para prover o sustento e manter o direito a terra por meio da marcação, ao mesmo tempo que servia como instrumento para o exercício de relações de poder. À medida que novas regras estabeleceram-se por meio do Incra, suplantaram as práticas cotidianas de uso e posse da terra, gerando novas situações de tensão e conflito.

Para Luís, o Incra só reconhecia a terra marcada que estivesse, em parte, desmatada e com alguma benfeitoria, por isso menciona “Era cacaeiro dia e noite fazendo picada”³³. Ele próprio realizou marcação e só posteriormente o Incra a regularizou. Embora Luís positive o papel desempenhando pela autarquia, principalmente quando menciona “O Incra não tomava de ninguém, e não dava pra ninguém, respeitando a marcação do posseiro”³⁴, é possível perceber que não foi tão simples assim ter a terra regularizada. Isso porque, ao perguntar-lhe sobre possíveis disputas que teriam ocorrido nesse processo, Luís menciona que:

Luís: Eles vinham conferir [Incra] as divisa pra dar documento. Pra não dar confusão. Tinha que respeitar [Incra] as propriedade dos posseiros, eles briga e bate o pé. [...] Reunia cinquenta, falava ó, o seu lote cê perdeu um pedacinho aqui, cê pega né outro ponto, o Incra acertô tudo³⁵.

Na condição de posseiro, como Luís se denomina, menciona que, quando o Incra vinha reconhecer e documentar a área marcada, se ocorresse de as divisas estarem erradas, era preciso a organização dos trabalhadores como forma de fazer pressão e, assim, terem reconhecidas outras áreas, equivalentes ao que haviam marcado.

Isso denota que a autarquia projetava como queria proceder com as marcações. Ao interrogar se os posseiros possuíam um mapa pelo qual pudessem se localizar, Luís menciona “não tinha, mas daí quem ia brigar com o Incra?”³⁶. É interessante observar como, a partir da pergunta sobre a existência ou não do mapa da localidade, o trabalhador

³² Entrevista realizada com Luís e Edirles, em 21 de abril de 2016.

³³ Entrevista realizada com Luís e Edirles, em 21 de abril de 2016.

³⁴ Entrevista realizada com Luís e Edirles, em 21 de abril de 2016.

³⁵ Entrevista realizada com Luís e Edirles, em 21 de abril de 2016.

³⁶ Entrevista realizada com Luís e Edirles, em 21 de abril de 2016.

tenha não apenas se remetido à autarquia, mas explicitado uma relação de impotência diante das decisões dessa.

Embora os trabalhadores tenham realizado marcação por conta própria, o Incra havia projetado as denominadas “linhas” na área rural. Isso fica claro quando Luís menciona “o Incra só reconhecia a linha ali ó”³⁷, o que demonstra que, embora os projetos ainda não tivessem sido sistematizados, quando da ida de Luís, para o processo de regularização, o Incra havia estabelecido o modo pelo qual queria que a área rural fosse demarcada, o que pode ter gerado disputas. Mesmo que Luís mencione que nas relações estabelecidas com o grupo de trabalhadores do qual fazia parte as marcações tivessem ocorrido de forma justa, a positivação do Incra não ocorre sem o sentimento de impotência quanto às ações da autarquia no local. Do contrário, qual sentido teria a interrogação “mas daí quem ia brigar com o Incra?”.

A prática da marcação também foi narrada por outros trabalhadores. A participação desses sujeitos nos projetos de colonização ocorreu antes mesmo do início da distribuição dos lotes. Nesse processo, é bem provável que a prática da marcação tenha pressionado a autarquia a dar encaminhamento aos projetos e à regularização das marcações. Diante das dificuldades vividas na localidade, para os trabalhadores, o fato de permanecerem já era motivo suficiente de terem a terra regularizada, embora a documentação só fosse dada pelo Incra bem depois. Podemos dizer que a condição colocada a muitos para que tivessem sua terra regularizada foi essa: permanecer numa localidade privados de diversos recursos como forma de assegurarem, no futuro, suas terras.

A apropriação da terra por meio da compra da marcação e inscrição no Incra

Pedro, 77 anos, aposentado, ao chegar a Rondônia, em 1972, adquiriu uma propriedade por meio de inscrição no Incra. Após uma longa trajetória enquanto agricultor nos estados de Minas Gerais, cuidador de fazendas no Espírito Santo, meeiro no Paraná, chegou a Rondônia, onde conquistou uma propriedade.

O contato com Pedro também ocorreu na Associação dos Idosos da cidade. Nascido em Minas Gerais, o que marcou sua narrativa foi a frequência com que citou as perdas

³⁷ Entrevista realizada com Luís e Edirlas, em 21 de abril de 2016.

ocorridas em sua vida. A perda do pai significou ter de trabalhar para os outros, já que, com sua morte, houve a divisão da terra entre os irmãos, e, com o tempo, a perda do que tinham. Com isso, os filhos, dentre eles Pedro, precisaram assumir as responsabilidades da família, questão que marca tanto sua trajetória enquanto trabalhador quanto sua narrativa sobre as dificuldades da mãe para criar os filhos sem o pai e uma possível desestruturação familiar. Após passar pelo Paraná, trabalhando com empreitas em fazenda, Espírito Santo e Minas Gerais, deslocou-se para Rondônia.

Cátia: Como o senhor ficou sabendo de Rondônia?

Pedro: Foi assim, aquele povo que vinha pra cá voltava lá e dizia Rondônia é um lugar muito bom pra morá porque a pessoa chega lá ele pega terra uma quantidade de terra pode, amanhã e depois pode produzi alguma coisa, aí nós veio pra aqui, por exemplo eu peguei terra e fiquei até muito bem aqui mas depois as coisa teve uma baixada pro meu lado, mas eu senti muito bem aqui.

Cátia: E o senhor fez inscrição no Incra?

Pedro: Eu cheguei aqui em Cacoal eu fiz uma inscrição e tinha que fazê a inscrição prá pegá a terra aí com trinta dia eles entregava a terra do dia da inscrição aí quando os trinta dia me entrego a terra, eu peguei a terra aquela área de terra na linha duzentos e quatro no quilômetro sete e meio, eu peguei essa terra e não tinha água dentro daquela área de terra de quarenta e dois alqueire, aí eu fui no Incra de Cacoal, e falei com eles, eles nós vai dá outra terra mas até hoje não me deu essa terra. Aí eu peguei e vendi meu direito, só meu direito só daquela terra até hoje esse lote tá aí na duzentos e quatro mas ele não tem água, naquela área de quarenta e dois alqueire de terra ele não tem água.

Cátia: Aí o senhor vendeu o direito e comprou em algum outro lugar?

Pedro: Eu comprei uma área de terra lá em Zidrolândia, em Zidrolândia, eu comprei essa área de terra mais eu comprei numa biológica, aqui em Rondônia, era uma área indígena encostado do Rio Consuelo e comprei essa, essa biológica, eu perdi a terra. E até hoje não me dero outra terra, nem vai dá, já passô do tempo.

Cátia: Nesse sítio que o senhor pegou aqui chegou plantar?

Pedro: Aí eu plantei mandioca, banana, laranja, é, e fiz um barraco só, derrubei só dois alqueiro nesse sítio, derrubei dois alqueiro, fiz um poço, e mais eu sofri tanto, vinha a pé de Cacoal vim aqui por dentro aqui no lote aqui na linha duzentos e quatro. Eu vinha de pé. Eu fiz um poço na frente assim, afastado da linha assim uns cinquenta metro deu uma pedra, um lajero, um lagero, pra modi eu i apanhar água, onde eu apanhava água, eu apanhava água no rio bambu, longe, depois o meu amigo furô um poço deu na pedra tamém mais minava um chorim de água, todo dia de manha cedo tinha di i lá enchê as vasilha d'água, muito ruim lá enchê as vasilha d'agua pá trazê pá, pá custei do dia né. Porque a água só juntava a noite, todo dia tinha di fazê isso, aí eu derrubei dois alqueiro desse mato e não me arribei, falei eu vô vendê meu direito e vô ...naquele tempo era

baratinho, eu vô vende meu direito e eu vô embora pá Cacoal, eu não cheguei morá no lote não, eu só trabaiaava.

Cátia: e o senhor morava na cidade?

Pedro: eu morava na cidade de Cacoal³⁸.

A ida para Rondônia foi marcada por mais perdas. Dessa vez, dos filhos e, com o tempo, da esposa. Com a perda dos filhos e devido às despesas hospitalares veio também a perda da propriedade que havia adquirido do Incra. Os filhos de Pedro morreram, um recém-nascido e o outro com problemas desde os 2 anos. Essa perda tem um peso significativo em sua narrativa, pois, a todo o momento, relembrou a perspectiva que o moveu àquele estado e os problemas que surgiram ao chegar.

Assim como para outros, não havia alternativas profissionais para Pedro nos estados que percorreu, e a possibilidade de conseguir melhorias a partir do que era divulgado sobre Rondônia, principalmente por pessoas que já haviam se deslocado, moveu-o para lá. É possível que a divulgação sobre Rondônia não tenha sido positiva. Pedro menciona que a decisão em se mudar e ganhar terra tinha como projeção o fato de a terra “amanhã e depois pode produzi alguma coisa”. Isso reforça o fato de que não havia escolhas e, mesmo na incerteza quanto ao local ou até mesmo à fertilidade da terra, era a alternativa que se colocava. Pedro passou por problemas que também foram vividos por outros entrevistados, dentre eles, com a falta de água, diferente de Luís e Edirles, que tinham acesso a esse recurso em abundância. Problemas relativos à saúde e a distância que precisava percorrer para trabalhar no sítio que ganhara também se configuraram obstáculos.

Devido à prática da marcação, supomos que não apenas Pedro tenha adquirido uma área em terra indígena após perder a terra que ganhou do Incra. Diversas reportagens noticiadas pelo jornal O Globo fazem referência à entrada de trabalhadores nessas terras. Apesar de o jornal julgá-los como invasores, é provável que muitos, assim como Pedro, acabaram enganados quanto à procedência da terra que adquiriam.

Os dramas vividos por Pedro quanto ao problema com água, saúde e aquisição da terra também foram narrados por trabalhadores, que, assim como ele, chegaram a década de 1970. Trata-se de entrevistas produzidas pela CPT,³⁹ cujo objetivo era produzir memórias

³⁸ Entrevista realizada com Pedro, em 23 de abril de 2016.

³⁹ Vale considerar que a ação da CPT não se restringe à localidade estudada. A produção de memória pelas diversas pastorais no interior da Igreja católica no período faz parte de um processo histórico cuja articulação

como uso político do passado, ação realizada tomando como base sempre a óptica do tempo presente, ou seja, considerando as projeções em torno da produção de um material que servisse como respaldo às ações da Igreja. As narrativas são marcadas por disputas por terras supostamente ocupadas em área de fazenda. Locais destinados pelo Incra sem água e sem estradas, disputas com a autarquia e a necessidade de desenvolverem outros trabalhos para se manterem no local.

José Firmino, 18 anos quando chegou a Rondônia, foi um dos entrevistados pelos agentes da Pastoral. Natural de Alagoas, mudou-se com a família para o Mato Grosso do Sul. Retornaram para Alagoas, em 1970 voltaram para Fátima do Sul (MS) e, em 1973, deslocaram-se para Rondônia. Com uma família numerosa, composta de seis pessoas, a família de José soube, por meio de noticiários, sobre a possibilidade de ganhar terra em Rondônia. Como trabalhavam em fazendas e já haviam ouvido de um vizinho sobre Rondônia, deslocaram-se de ônibus para Cacoal, onde alugaram uma casa e marcaram uma data em frente à igreja da cidade. Com poucos recursos (C\$300,00), iniciaram trabalhando como carpinteiros, sendo que, das seis pessoas, três eram crianças. O trabalhador narra que chegavam, todos os dias, de cinco a seis famílias em Cacoal, fora aquelas que seguiam adiante. Algumas famílias chegavam de caminhão com três a quatro mudanças. Chegavam, marcavam datas e recebiam um recibo do Incra. Porém, pela descrição do trabalhador, no campo tal processo se diferenciava:

Trabalhamos aqui até 75 porque não conseguimos pegar lote. Cada 2-3 meses o pai ia no Incra. Até 74 só tinha feito seleção. Em 74 o Incra mandou pegar lote no outro lado do rio Machado, deram o n do lote. Mas era área de fazenda. Eles sabiam que era de fazendeiro, na linha Barreiro. O pessoal entrava, os fazendeiros diziam que não era pra entrar. Já tinha muita gente. Aconteceu de posseiros saírem do barraco e vir a pessoa da fazenda e tocar fogo no rancho. Quem insistiu em ficar, foram tratados com violência e um foi morto. O pai foi ver e desistiu; não quis saber⁴⁰.

José Firmino traz elementos representativos de relações estabelecidas por trabalhadores que, acredito, não ficaram restritas apenas às suas experiências. O primeiro

com outros estados era visível. Remonta ao processo de constituição das Centrais Sindicais, de constituição do Partido dos Trabalhadores e demais movimentos constituídos durante as décadas de 1970 e 1980, questões discutidas por Sader em sua obra *Quando Novos personagens entraram em Cena* (SADER, 1988).

⁴⁰ Entrevista com José Firmino, realizada pela CPT. Disponível no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc). Site da CPT Nacional: <http://www.cptnacional.org.br/>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 9 de junho de 1978

deles diz respeito à luta junto ao Inbra a fim de conquistarem a propriedade no campo. Ao mesmo tempo que precisavam trabalhar para garantir a sobrevivência, José menciona a luta de seu pai para conseguir a terra, cujo êxito só foi possível na terceira tentativa. Nesse processo, os sentidos atribuídos pelo trabalhador não podem ser desconsiderados. Em relação à primeira investida do pai em área de fazenda, na qual desistiu, Firmino menciona “Eles sabiam que era de fazendeiro”, ou seja, o trabalhador significa a relação da autarquia junto a seu pai como proposital. Já que eram os responsáveis pela distribuição das terras, como não saber quais áreas estavam ocupadas?

Depois foi no Inbra de novo; disse que lá não dava, que o pessoal tava bravo e que era área de fazenda. O Inbra mandou ir para o Castanhal, deu n do lote e tudo certinho, na linha 1. Era área de fazenda mas o Inbra dizia que 100 há Km em volta da cidade não tinha direito a área de fazenda. Aí o pai foi, achou as terras boa e trabalhou lá dois dias, fazendo o limpo do galpão. Depois chegou em casa bem animado porque a terra era boa; trouxe até amostra da terra. Tinha uma caxoeira no lote, tava animado. Comprou comestíveis prá comer no lote e voltou prá lá com a turma prá ficar uns 15 dias. Era uma turma de outros que estavam pegando lote no mesmo lugar (uns 30 homens). Quando chegou na porteira prá entrar no mato escutaram uns tiros perto de um altinho. Aí o fazendeiro correu com a jagunçada prá frente, prá perto da marcação. Aí o pai falou com os companheiros que fosse 3 a 3 e quando chegasse mais perto ficasse os outros prá trás e fosse só 3. Aí achou no chão três cascos de bala 38 que eles tinham atirado. Tinham dado um tiro com carabina 44 mas não tinham deixado a casca no lugar. Mais na frente encontraram com o fazendeiro e outro jagunço. O fazendeiro procurou o que o pai tinha ido fazer lá na área da fazenda. Respondeu que tinha ido trabalhar no lote dele. O fazendeiro falou: mas você tem lote aqui? Não sabe que é área de fazenda? Você não viu a placa lá na entrada que diz que é área de fazenda? O pai falou que tinha visto mais vinha com ordem do Inbra, que eles tinham dado lote ali. Aí o fazendeiro disse que se eles mostrassem o cartão do Inbra com a ordem eles deixavam entrar no lote, mas senão eles tinham munição prá brigar um ano. Aí o pai e todos os outros voltaram prá trás e foram no Inbra⁴¹

Novamente, seu pai teria recorrido ao Inbra, que lhe designou outra propriedade, terra boa, alguns dias trabalhados e, de novo, problemas. Dessa vez, o traquejo teria sido com o suposto dono da terra que lhe cobrou “o cartão do Inbra”. Sem o tal recibo de

⁴¹ Entrevista com José Firmino, realizada pela CPT. Disponível no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc). Site da CPT Nacional: <http://www.cptnacional.org.br/>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 9 de junho de 1978.

autorização, seu pai teria retornado para a negociação com a autarquia. Firmino interpreta a luta do pai enquanto uma relação de poder exercida pelo Incra. Como não acreditar na palavra da autarquia, único poder local, designando a tão esperada propriedade? Porém, não se trata apenas de relações de poder. Nelas não podemos desconsiderar o jogo com os valores dos trabalhadores, em que a palavra da autarquia apresentava-se como uma garantia para eles. No entanto, se os valores imbuídos os faziam acreditar na palavra da autarquia, para o suposto dono da propriedade que lhes cobrava a autorização, ou seja, o documento, ela não possuía o menor valor. Isso demonstra que a garantia de segurança ressaltada por um funcionário do Incra, quando da entrega dos lotes, citada anteriormente, foi posta à prova. Do mesmo modo, a fala do governador Jorge Teixeira, em 1981, que ressaltava que eles seriam recebidos com trabalho, solidariedade e respeito, e de que o estado fora construído por mãos calejadas, denota as condições enfrentadas por aqueles que chegaram na década de 1970.

Daí o pai mostrou as cascas de bala pro Executor do Incra em Cacoal. Eles ficaram calados. O pai disse: eu vim aqui pro Território foi pra trabalhar; olha o que foi que eu achei [e mostra as cascas]. (isto entre 74 e 75). Aí eles deram outro lote lá no Abaitará. Lá o lote era cortado pelo Incra. Não era área de fazenda. Mas o pai não quis porque a terra era muito ruim. Só tinha campo puro. A mata mais alta que tinha era de 8-10 metros de altura. A água era muito longe, quase nos fundos do lote. Além disso tinha muita serra. Daí o pai não quis porque além da terra ser ruim tinha que andar um dia inteiro de bote subindo o rio Machado, de Pimenta Bueno prá lá, e depois tinha que andar 5 Km na mata. Foi ao Incra e devolveu o n do lote. No Incra disseram prá esperar a outra chamada para o Projeto Rolim de Moura. Em 76 nós ganhamos o lote no Rolim de Moura, na linha 208, no Km 5,5, lote 11, Gleba 01. Lá nós estamos animados porque a terra é boa. Tem 11 alqueires derrubados; 6 mil mudas de café, 4 mil de mandioca, 500 de cana. Tem ainda laranjeiras, abacate, coco, 500 covas de banana. Neste ano estamos roçando 2 alqueires prá derrubada. Passamos 4 anos morando na cidade prá poder ir pro lote. Mas não parava; quando vinha do mato ia trabalhar de carpinteiro. Formamos Cacoal. Passamos 3 meses, quase sem parar o martelo, trabalhando das 6 à 6 hs., fora as construções nossa que nós fazia pra vender. Pegava data, fazia casa e ia mudando. Com o dinheiro das casas ia derrubando (empreitadas) lá no lote e metade para comprar a datas e a madeira. Teve gente que chegou depois de nós e pegou lote primeiro. O Incra dizia prá entrar nas áreas de fazenda porque tinha idéia de cortar todas as fazendas

em lotes. (Parece que a fazenda Castanhal metade ficou com os fazendeiros e metade foi loteada)⁴².

Firmino destaca que seu pai só conseguiu a propriedade na terceira tentativa. Ao voltar ao Incra e mostrar-lhes as cascas de bala, seu pai teria dito “eu vim aqui pro Território foi pra trabalhar; olha o que eu achei”. Com essa afirmativa, o pai de Firmino colocou em xeque e, ao mesmo tempo, utilizou do discurso que já vinha sendo propagado por diversos meios de comunicação, antes mesmo de 1980, de que Rondônia estava a oferecer terra e trabalho. Em outras palavras, se a proposta era terra e trabalho, como o trabalhador que apresentava esse propósito, além de não conseguir terra, estava a enfrentar aquela situação? Ou seja, o trabalhador valeu-se do discurso governamental para reivindicar seus direitos.

Vale ressaltar que as investidas dos trabalhadores em áreas de fazenda sob autorização do Incra podem ter custado a alguns a própria vida. Ao dizer “Teve gente que chegou depois de nós e pegou lote primeiro”, expressa que as relações estabelecidas na localidade eram incertas e injustas, e que garantir uma propriedade estava condicionado ao enfrentamento e à luta não apenas com a autarquia, mas com outros agentes e, enquanto a terra e a subsistência não vinham, outra luta travada era pela sobrevivência. Assim, Firmino ressalta: “Mas não parava; quando vinha do mato ia trabalhar de carpinteiro. Formamos Cacoal⁴³. Passamos 3 meses, quase sem parar o martelo, trabalhando das 6 à 6 hs”. O trabalho como carpinteiro também se colocava como um meio de adquirir recursos e realizar o pagamento para a abertura da propriedade, afinal, apenas ganhar a terra não era o suficiente para nela permanecer. A necessidade de abrir e fazê-la produzir implicou desenvolver outras formas de trabalho. Vemos, nesse caso, que as projeções feitas pelo trabalhador estavam em conseguir a propriedade e nela trabalhar, e que os diversos trabalhos realizados colocavam-se como condição para a permanência na terra.

A narrativa de Firmino exemplifica as forças colocadas na localidade. O documento da terra evidencia a força da palavra escrita como forma de controle. Também exemplifica a disputa entre capital e trabalho nos piores momentos de mudança das relações capitalistas,

⁴² Entrevista com José Firmino, realizada pela CPT. Disponível no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc). Site da CPT Nacional: <http://www.cptnacional.org.br/>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 9 de junho de 1978.

⁴³ Refere-se a uma cidade localizada à aproximadamente 60 km de Rolim de Moura/RO.

em que não havia nenhuma estrutura e os trabalhadores foram atraídos pela promessa da propriedade. Desse ponto de vista, a melhor maneira de se começar a localidade era oferecendo propriedades. O papel cumprido pelo Incra caminhou nessa direção, conferindo expectativas aos trabalhadores, marcadas, no entanto, por um processo de espoliação, expulsão, formas de controle e mortes.

Outra situação foi aquela vivenciada por trabalhadores que, com recursos próprios, adquiriram a marcação, comercializada por outros que, ao chegarem ao estado primeiro, foram marcando diversas propriedades para posteriormente revendê-las. A prática da marcação adquiriu o sentido e a possibilidade de negócio. Manoel, 66 anos, agricultor, aposentado, narrou uma trajetória da Bahia a São Paulo, lugar onde se constituiu como trabalhador assalariado, e de São Paulo a Rondônia, onde adquiriu uma marcação por meio de compra, situação que o permitiu manter-se como agricultor. Manoel objetivava adquirir não apenas a terra, mais melhorias nas condições de vida e de trabalho. Narrou sobre os esforços para juntar recursos em São Paulo e migrar e as dificuldades encontradas no trajeto a Rondônia. Ele levou-nos a entender que não era a política de migração ou a pobreza em si que levavam às pessoas a migrarem, mas as relações estabelecidas pelos trabalhadores, em que estão presentes valores e significados atribuídos por eles.

No caso de Pedro e Manoel, percebemos como que, em suas escolhas, estão presentes valores como a ligação com a terra como forma de manterem-se enquanto agricultores. Do mesmo modo, é preciso perceber que a ideia de obtenção de melhorias nas condições de vida consistiu em uma construção pela classe dominante e o Estado e, incorporada pelos trabalhadores diante das condições que vivenciavam, pois as melhorias não se configuravam certezas, ao contrário, os deslocamentos eram marcados por diversos riscos.

Mudar-se para a terra adquirida implicava romper uma mata fechada, por isso escolheu primeiro trabalhar como arrendatário próximo a Cacoal. Sua narrativa revela que a vida não foi menos difícil para os que adquiriram a propriedade por meio da compra de marcação. Do mesmo modo, enfrentaram conflitos, precisaram abrir estradas, sobreviver por meio da venda daquilo que extraíam da mata até a colheita do que cultivavam, sem contar que a compra da marcação não significava se tornar proprietário. A espera da regularização pelo Incra ocorria da mesma forma.

Garantir a posse por meio de compra foi uma forma encontrada por trabalhadores que já não encontravam condições de realizarem a marcação devido ao fluxo de pessoas que se dirigiam ao estado diariamente e pela rapidez na qual os espaços foram sendo ocupados. Outros trabalhadores sem as condições de Manoel certamente não teriam conseguido uma propriedade. Ainda que pela compra e o restante a prazo, o entrevistado só adquiriu sua terra em Rondolândia,⁴⁴ região do Mato Grosso, a uma distância de 168 quilômetros de Cacoal (RO), local que, à época, também estava recebendo grande contingente de pessoas.

A lembrança dos conflitos sempre relacionados a fazendeiros, posseiros e indígenas leva-nos a questionar sobre o que teria ocorrido com a população indígena. Essas pessoas, em grande parte, desapareceram, e na outra ponta desse processo de transformação das relações capitalistas tiveram início outras formas de relação como aquela empreendida a partir da atuação de Igrejas nas aldeias.

Manoel, ao trazer os elementos que estavam colocados na década de 1970 relativos à abertura de sítios e de estradas, revela uma face silenciada nesse processo que remete ao questionamento sobre o que ocorreu com as pessoas do lugar. Ele, porém, relembra o processo de conflitos a partir das relações que visualizava, de modo a remetê-las às disputas entre fazendeiros e posseiros. Nessa lógica, a diversidade de apropriações, expropriações e acumulação tiveram naturezas distintas. Manoel expressa essa relação ao dizer:

Manoel: Teve muita gente que veio e não conseguiu até porque já tava longe a marcação, e já tava caro, teve gente que veio e não conseguiu, outros viero e arranjaro terra onde tinha malária aí desanimaro e até abandonaro o sítio, o sítio conseguiro pegá até pelo Incra, abandonô e não foi mais atrás, outros pegaro terra, morreu que a malária matô, a febre amarela. Então nem todo mundo que veio pra Rondônia foi aqueles que viero e foro vitorioso. Tem gente que veio e que mais antes não tivesse vindo⁴⁵.

A narrativa de Manoel traz elementos semelhantes às entrevistas realizadas pela CPT no que diz respeito às diversas situações quanto à aquisição e perda da propriedade. Nesse processo, houve trabalhadores que compraram, outros ganharam terra do Incra,

⁴⁴ O local municipalizou-se em 1998 e fazia parte da cidade de Aripuanã (MT).

⁴⁵ Entrevista realizada com Manoel, em 17 de fevereiro de 2016.

depois perderam, e outros que nunca chegaram a ganhar ou comprar, além dos casos de abandono diante da falta de recursos para permanecer no lote.

Algumas considerações

As propagandas⁴⁶ sobre Rondônia reforçaram os deslocamentos, porém, não constituíram o único nem o principal meio de atração de pessoas. Pelas entrevistas realizadas, os primeiros deslocamentos para Rondônia ocorreram não devido às notícias que foram veiculadas por jornais ou rádios, mas devido às notícias que chegavam de conhecidos e parentes que já haviam se mudado para alguma localidade desse estado. Os registros produzidos pela CPT também assinalam para relações de trabalho estabelecidas em outros estados, o que nos leva a considerar a dinâmica do que ocorria no processo histórico de modo mais amplo, a fim de compreender o contexto em que os projetos de “colonização” foram sistematizados.

As relações de trabalho estabelecidas pelos trabalhadores em outros estados possuíam relação com as formas de recrutamento de mão de obra para a região. Nesse processo, identifiquei que um dos elementos que influenciou tal recrutamento deve-se à facilidade de moradia (no caso de madeiras que ofereciam casas num sistema de colônias). Assim, a ideia de terra farta cumpriu a função de atrair pessoas para a localidade e, embora tenha contemplado diversos trabalhadores, por outro lado, não foi suficiente para atender a grande demanda de pessoas que se deslocavam para lá. Não desconsidero, porém, os valores, os sonhos e as expectativas que moveram os trabalhadores em torno da construção de seus projetos de vida.

Desse processo, observei as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que se deslocaram para a localidade, marcadas pela falta de necessidades básicas, construindo alternativas, lutando e resistindo contra as adversidades que estavam postas. No mínimo, essas relações diferem-se do modo como os projetos a que foram chamados anunciavam. A atração de pessoas à localidade revestiu-se de uma dinâmica complexa e contraditória, em que a luta pela terra e por direitos parece ter sido, para eles, o grande projeto, o que

⁴⁶ Tais propagandas foram divulgadas por vários meios de comunicação como a revista Veja, o jornal O Globo e outros.

contradiz a ideia encampada pelos que estavam à frente, de que tais projetos representariam o “progresso”, o “desenvolvimento”. Ao menos nas fontes analisadas, as indicações seguem questões complexas que colocam em xeque a noção de “progresso” aos trabalhadores que, após anos de trabalho na derrubada, eram expulsos.

Assinalo, nesse sentido, para a necessidade de não naturalizar ou incorporar tais noções em nossas análises sem a devida crítica. Faz-se importante atenção a essas questões, pois pesquisas recentes ainda tratam o processo migratório a partir desse viés. Considerando que a história da expansão para a região Norte já foi amplamente contada e tem como um de seus expoentes José de Souza Martins (2009), faz-se necessário discutir a transformação dessas relações, a distância entre aquilo que foi planejado e vivenciado. Qual o sentido do “progresso” para quem participou dos projetos de “colonização”?

A presente investigação identificou que tal processo foi marcado pelo abandono de propriedades, mortes, doenças e pela continuidade de lutas, pela propriedade, pela permanência nela, pela sobrevivência e contra toda e qualquer adversidade que se colocava. As fontes evidenciam situações em que, ao chegarem à propriedade, os trabalhadores encontravam sinais de que a terra já havia sido designada a outros. Um forte elemento que pressionava a permanência deles tinha relação com a falta de saúde pública e de recursos para a realização de tratamento particular. Todas essas questões evidenciam as condições encontradas e o modo como os trabalhadores vivenciaram aquilo que se colocava no período como possibilidade de melhorias. A construção de uma memória pela CPT sobre a localidade revela o objetivo de denúncia por essa agência das condições encontradas pelos trabalhadores quando chegavam, ao mesmo tempo que se fortalecia enquanto instituição.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun. História Oral e Memórias: entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*, v. 50, p. 197-226, jan./jun. 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

BOSI, Antonio de Pádua. Ditadura militar, capital e trabalho no Oeste do Paraná (1950-1960). *Espaço Plural*, ano XVII, n. 34, jan./jun. 2016.

DREIFUSS, Rene Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FONTANA, Josep. *Em busca de novos caminhos*. A História dos Homens. Bauru: EDUSC, 2004. Tradução de Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: Unicen, 2002.

IANNI, Octávio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: Educ, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. *O Capital*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MOREIRA, Vagner. José. A Produção Agropecuária: Trabalho e Resistência. *Revista Perspectiva Geográfica*, v. 7, n. 8, 2012. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9347/6962>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

OLIVEIRA, José Lopes. *Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária*. Porto Velho: Grafriel, 2010.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. *Migrantes amazônicos: Rondônia, a trajetória da ilusão*. São Paulo: Loyola, 1992.

PERES, Maria Gisele. *Espaços e linguagens: marcos de memórias nas histórias de Araguari/MG (1888-1988)*. 2014. 205 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. *Luta, territorialização e resistência camponesa no Leste rondoniense (1970-2010)*. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SOUZA, Valdir Aparecido. *(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)*. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2002.

_____. *Rondônia, uma memória em disputa*. 2011. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Lógica Histórica. A miséria da teoria. Ou um planetário de erros*. São Paulo: Copyleft, 1981.

Recebido em: 10 de maio de 2019
Aceito em: 25 de setembro de 2019